

IS
00523

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO ANALÍTICO SOBRE A DINÂMICA DE
REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ESPÍRITO SANTO

523

não
circula

711.409815 2
I59t
8197/87

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



78 409855 2
+ 558604 BF
+ 658
8197658



TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO ANALÍTICO SOBRE A DINÂMICA DE
REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO ANALÍTICO SOBRE A DINÂMICA DE
REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ESPÍRITO SANTO

OUTUBRO/1985

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

COORDENADOR TÉCNICO

Antônio Luiz Caus

EQUIPE TÉCNICA

Angela Maria Baptista

Angela Maria Morandi

Carlos Teixeira de Campos Júnior

Marcos Benevenuto Neves

Maria da Penha Cossetti

| SUMÁRIO | PÁGINA |
|-------------------------------|--------|
| 1. INTRODUÇÃO | 06 |
| 2. JUSTIFICATIVA | 08 |
| 3. OBJETIVOS | 10 |
| 4. META | 11 |
| 5. METODOLOGIA | 12 |
| 6. CRONOGRAMA | 18 |
| 7. RECURSOS NECESSÁRIOS | 19 |

1.

INTRODUÇÃO

Este documento propõe um estudo de entendimento da reprodução do espaço do Espírito Santo para subsidiar o planejamento e a elaboração de políticas públicas. Trata-se de uma proposta de trabalho que não é nova, nem original. Tem-se falado muito das experiências, nesse particular, em outros Estados. No Espírito Santo, porém, nada igual ainda foi feito.

No instante em que as questões regionais tornaram-se patentes e se percebeu a contradição de políticas nacionais uniformes, dando conta de realidades distintas, aflorou o assunto. Além dessa necessidade, das regiões estamparem sua identidade a nível nacional para poderem influir nas políticas federais, surgiram questões internas. Os Estados viram-se na contingência de disporem de conhecimentos internos às suas bases territoriais, de forma a garantir com eficácia suas intervenções.

Nesse sentido, essa proposta tem muito a contribuir, pois pretende discutir as diversidades espaciais dentro do nosso próprio Estado. Até então as pesquisas efetuadas no Espírito Santo, apenas tangenciaram o problema.

Basicamente só foram feitas pesquisas setoriais que deram conta de aspectos da realidade, sem, contudo, tratar da questão do espaço, que requer análises articuladas desses conhecimentos, projetadas territorialmente, segundo dinâmicas específicas de reprodução do capital.

Ocorre, no entanto, que esses conhecimentos já produzidos, apesar de seu viés, são fundamentais para o passo que se quer dar. Em primeiro lugar porque não se partirá da estaca zero, ou seja, tem-se satisfatoriamente

informações reunidas, e com alguma análise. E em segundo lugar, pretende-se também reunir pessoas com experiência e memória dos trabalhos considerados básicos para esta proposta.

Os PDRI's, o Estudo de População, assim como as pesquisas da Indústria no Espírito Santo serão as referências básicas de conhecimento empírico a serem empregadas no projeto que se propõe. Não se pretende, em princípio, fazer pesquisa de campo, a não ser que se faça necessário atualizar alguma informação em particular.

É importante, ainda, que se frise que, mesmo tendo em mãos material importante, não se pode juntar simplesmente as informações e produzir o novo documento. Cada documento básico considerado tem sua ótica e sua metodologia própria. O que se pretende é uma análise crítica desse material, a partir de uma metodologia construída pela orientação que se quer ter do conhecimento da reprodução do espaço - esta é a direção que se pretende tomar em relação ao tratamento das fontes básicas.

O produto final é de imensa validade para o planejamento, pois pode fornecer uma orientação sistematizada para as ações do poder público. A partir do conhecimento da dinâmica econômica espacializada se alcançará uma regionalização territorializada do Espírito Santo. A caracterização de cada região dessa, estampará as suas potencialidades, assim como permitirá, em síntese, que se projete as suas tendências. Deste modo, ter-se-á construído um instrumental eficaz, não só para apoiar as intervenções de política pública, mas também fundamental para orientar as pesquisas em desenvolvimento no Instituto Jones dos Santos Neves.

2.

JUSTIFICATIVA

Apesar dos inúmeros trabalhos já desenvolvidos por esta Instituição a respeito da questão regional, não existe, hoje, nem Programa nem Metodologia definida, a nível de instituição, de como tratar a questão.

O primeiro estudo sistemático nesse sentido foi feito com o objetivo de dividir o Estado em regiões-programas. Depois disso, implantou-se o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado, cujo objetivo era estudar a realidade regional capixaba a fim de subsidiar políticas de intervenção. A primeira fase desse programa constituiu-se no estudo exaustivo da agricultura capixaba.

Na verdade, esse programa ficou restrito a essa fase. Vários foram os motivos pelos quais isso ocorreu. Por um lado, a existência de uma demanda por parte da Secretaria da Agricultura exigiu desdobramentos não previstos, e por outro lado, a equipe foi paulatinamente esvaziando-se, o que a nível de instituição significa perda de memória, que acabou por prejudicar o avanço metodológico da questão regional.

Entretanto, existe uma demanda permanente ao IJSN, quer por parte de Instituições Governamentais quer por parte de Entidades Privadas que possuem recursos passíveis de serem captados/orientados pelo Governo, principalmente pela COPLAN.

Só que a medida que a própria COPLAN não tem uma política definida de intervenção regional, essas demandas apresentam-se sempre a varejo. Por exemplo, definir propostas para aplicação do fundo da Companhia Vale do Rio Doce, projetos para captação de recursos federais, etc. Isso faz

com que se vá mais ou menos a reboque das propostas quer do Governo Federal quer de outras Entidades que dispõem de recursos passíveis de serem captados/orientados pelo Governo.

No que diz respeito a essa questão entendemos ser absolutamente imprescindível a definição de Políticas Regionais para o Espírito Santo. No entanto, isso foge à competência do IJSN, que deveria sim subsidiá-la com o conhecimento da realidade regional.

Entretanto, de uma forma ou de outra essas demandas vêm sendo atendidas. E isso só é possível dado a existência tanto dos estudos acima citados quanto de outros trabalhos setorializados e com objetivos bem específicos desenvolvidos dentro do IJSN ou por outros órgãos com a participação desse.

Dado isso, cabe esclarecer ainda alguns pontos. Em primeiro lugar a proposta não é definir Programa de Trabalho para o Departamento de Estudos Regionais, mas sim articular todo esse conhecimento já existente tentando uma visão totalizadora da dinâmica espacial do Espírito Santo. Com isso, seria possível ao se constituir uma equipe de trabalho, repensar a questão metodológica e propor desdobramentos futuros.

Em segundo lugar, não se trata de propor uma nova regionalização para o Estado. A regionalização aqui é entendida apenas como meio para entendimento das diferenças e/ou homogeneidades do espaço.

3.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

- Aprimorar o conhecimento da dinâmica espacial da economia.
- Subsidiar propostas de intervenção regional para o Estado do Espírito Santo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Articular o conhecimento existente sobre o Espírito Santo nos vários estudos setorializados sob a ótica da diferenciação do espaço.
- Estabelecer uma regionalização a partir da dinâmica de reprodução do capital.
- Analisar o fator determinante da reprodução de cada uma dessas regiões.
- Analisar as articulações existentes entre o urbano e o rural.
- Analisar as articulações entre as várias regiões.
- Entender a articulação da economia capixaba com a economia nacional.

4.

META

-
- Produzir um documento analítico sobre a dinâmica da reprodução do espaço no Estado do Espírito Santo.

5.

METODOLOGIA

A economia do Espírito Santo pode ser caracterizada, hoje, como uma economia moderna. Por um lado, trata-se de uma economia predominantemente urbana, onde a Indústria e o Setor Terciário assumem papel fundamental na geração de renda e emprego. Por outro lado, a produção agropecuária assume formas típicas de produção capitalista, onde a presença do capital agrário e agroindustrial é marcante.

O processo pelo qual se deu essa modernização foi muito rápido e, de certa forma, bastante abrupto. Dois marcos são fundamentais: a desestruturação da economia agrícola na década de 60 e a instalação da indústria de grande porte nos anos 70, que marca a entrada efetiva do grande capital no Estado e sua integração de fato à dinâmica da acumulação nacional.

Há apenas 20 anos a economia do Espírito Santo era basicamente monocultora de café, produzido em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar e parceria. Isso conformava um quadro de população predominantemente rural e uma economia urbana débil, com algumas indústrias de gêneros tradicionais (alimento, madeira, bebidas, etc.) e um terciário também pouco especializado, sem a presença maciça das grandes lojas e serviços modernos.

A profundidade da mudança ocorrida pode ser observada ao compararmos o comportamento dos 3 Setores Econômicos entre 1960 e 1980. O Setor Primário respondia, em 1960, por 49% da renda gerada e 68% dos empregos. Em 1980 esses valores são respectivamente 10% e 35%. A Indústria representava tão somente 5,3% da renda gerada e 5,7% do emprego, passando em 1980 para 32% e 22% respectivamente. E ao Terciário correspondia em 1960 a 45% da renda e 26% do emprego e em 1980, 58% da renda e 43% do emprego.

Ao lado dessa urbanização da economia ocorreu a correspondente urbanização e concentração na Grande Vitória da população. Já na década de 70 a população urbana ultrapassa a rural e hoje a Grande Vitória concentra 40% da população, sendo que 73% da população do Estado é urbana.

Mudanças fundamentais ocorrem também, internamente a cada setor. O setor primário não apenas perde importância em termos econômicos mas sofre transformações significativas. Se na década de 60 o café predominava indiscriminadamente por todo o Estado (exceção ao litoral sul onde a pecuária e cana, já era a atividade principal), hoje há uma nítida especialização do espaço. O extremo norte com predominância da pecuária de corte, o extremo sul com predominância da pecuária leiteira, a região central, próxima a Grande Vitória com tendências a especializar-se em olericultura e o litoral norte bem mais diversificado, onde, além da pecuária e cacau, é a área de penetração das culturas ligadas as indústrias, cana e eucalipto. Essa é a região onde as transformações são mais marcantes, tendo se constituído aí um mercado de trabalho típico dessas culturas, ou seja, com base no assalariado temporário o que se reflete no surgimento de um grande número de povoados de bóias-frias ao longo da BR-101 e na inchação da cidade de São Mateus, cuja maioria dos habitantes são trabalhadores rurais.

Pode-se distinguir três aspectos específicos no processo de mudança do setor agrícola. O primeiro foi a erradicação dos cafezais e sua substituição pela pecuária acompanhado de forte êxodo rural (tanto para a Grande Vitória como para fora do Estado) e de concentração da propriedade.

O segundo aspecto é a entrada do capital agroindustrial (região ao longo da BR 101 Norte) através do eucalipto e cana, e a entrada de culturas altamente rentáveis até então inexistentes no Estado como a pimenta-do-reino, mamão produzidos não pela forma tradicional, ou seja, mão-de-obra familiar e parceria, mas com o assalariado temporário. Trata-se de forma de produção tipicamente capitalista onde o objetivo da unidade pro

dutiva não é mais a reprodução simples da família (e parceiros) e sim a acumulação.

O terceiro aspecto é marcado pelo replantio do café principalmente a partir de 1975, e já em 1980 o número de cafeeiros existentes no Espírito Santo se equipara novamente ao existente em 1960 (antes da erradicação), e assume hoje novamente importância significativa na agricultura do Espírito Santo. Nas pequenas propriedades que resistiram ao processo de concentração, o café é hoje novamente a principal fonte de renda. A mudança principal está em que hoje existem grandes fazendas de café onde a relação predominante é o assalariado temporário.

Portanto, o setor primário hoje apresenta características totalmente distintas daquelas predominantes até a década de 60. Por um lado, absorve-se uma agricultura mais diversificada no Estado, porém concentrada espacialmente conformando grandes regiões de pecuária, café, cana, eucalipto, banana, etc., o que leva a crer que as unidades produtivas estão mais especializadas na produção de produtos comercializáveis e deixando de cumprir uma função tradicional das propriedades no Espírito Santo a produção de subsistência.

Por outro lado, nota-se uma crescente e decisiva ligação com as áreas urbanas. Seja com a utilização de trabalhadores assalariados (que em sua maioria reside em áreas urbanas), seja através da compra de insumos para a lavoura de equipamentos junto ao setor industrial, cada vez mais necessários ao bom desempenho do setor agrícola.

Também o setor industrial se diversifica e se moderniza nos últimos anos. A estrutura industrial de 1960 e 1970 é ainda tradicional e pouco diversificada. Em 1960 apenas quatro gêneros respondiam por 80% do valor bruto da produção. Produtos alimentares, madeira, têxtil e minerais não metálicos eram efetivamente a base da indústria no Estado. No primeiro,

um peso grande do beneficiamento de café e minerais não metálicos constituído quase que por uma única fábrica de cimento.

Em 1970 apesar do crescimento significativo do gênero metalurgia, devido a expansão da COFAVI no final da década de 60, os quatro principais gêneros (produtos alimentares, madeira, metalurgia e minerais não metálicos) ainda respondiam por 80% do valor bruto da produção.

Já em 1980, no entanto, a estrutura da indústria mostra transformações significativas. Dois gêneros, madeira e textil, perdem definitivamente importância em termos de geração de valor, e surge como importante a indústria moderna. Com efeito, os gêneros que crescem a taxas mais elevadas são mecânica, química, papel e papelão, refletindo a entrada em operação da Aracruz Celulose no final da década de 70. Os quatro principais gêneros, agora, representam apenas 65% do valor bruto da produção, o que mostra a efetiva diversificação da estrutura industrial.

A indústria de produtos alimentares, apesar de ainda ser importante em termos de geração de valor, não tem mais sua importância quase que exclusiva sobre o beneficiamento do café como ocorria nos anos 60. Ganha importância significativa os laticínios, frigoríficos e produtos derivados do cacau.

A química constitui-se basicamente na produção de adubos e defensivos, ligada portanto à modernização verificada na agricultura.

Resta chamar a atenção para o fato de que a entrada em operação da CST e das várias usinas de álcool (que estão quase todas duplicando capacidade), no início dos anos 80. Isto conforma um quadro que só tende a reforçar a tendência já visível na evolução nos anos 70/80, ou seja, perda de importância dos gêneros tradicionais do Estado.

Por outro lado, se a instalação das indústrias de grande porte nos anos 70 é um marco fundamental da mudança verificada, o que se observa é um

crescimento genérico de ramos industriais não ligados a esses projetos.

O setor terciário também acompanhou estas mudanças estruturais apresentando hoje um segmento moderno com forte participação na geração de renda e emprego. O subsetor que mais cresceu foi o de intermediação financeira, seguido pelo subsetor comércio, principalmente pela instalação de grandes lojas de departamentos e da entrada das cadeias nacionais de supermercados.

Ressalte-se que, ainda dentro do terciário, existe um segmento constituído por pessoas que não se engajam no mercado formal, tipicamente capitalista, e que desenvolvem uma série de atividades, características de subemprego. Também este segmento não deixa de ser resultado do processo de mudanças ocorridas nos últimos tempos na economia capixaba.

Estas transformações implicaram não só numa nova articulação do Estado com a economia nacional, como também numa nova conformação do espaço interno da economia estadual.

E é justamente a caracterização ampla e, ao mesmo tempo, específica do espaço constituído pelo Espírito Santo que é o objeto principal deste estudo.

A caracterização ampla, ou a nível geral, é necessária para a identificação dos espaços diferenciados no Estado. Estes espaços se diferenciam não só pela produção principal, que pode ser constituída de um ou mais produtos - da agricultura ou da indústria, mas, e especialmente, pela dinâmica de sua reprodução.

Uma vez estabelecidas estas regiões o passo seguinte consiste na caracterização específica de cada uma. Caracterizar a forma como se dá a produção em cada espaço específico, a relação estabelecida pelo capital (se o capital domina diretamente o processo produtivo ou se aparece e se acumula

la somente no espaço da comercialização e da intermediação financeira). Estas questões são importantes para se entender não só a base produtiva de cada região, como também o espaço que lhe é reservado para sua reprodução enquanto tal e, portanto, pode-se perceber a tendência no tempo e quais os fatores determinantes de sua continuidade ou de sua destruição.

Por último, para se entender as leis internas de reprodução de cada região é mister que se estabeleça as interligações com o restante da economia, inclusive as ligações do meio rural com o urbano.

Em linhas gerais, a questão metodológica passa necessariamente por estes entendimentos. Porém só será precisada e melhor desenvolvida no decorrer do próprio trabalho.

O cronograma apresentado a seguir dá uma idéia geral, embora, ainda não consolidadas as fases por que passará o trabalho.

6.

CRONOGRAMA

| FASES | 1º MÊS | 2º MÊS | 3º MÊS | 4º MÊS | 5º MÊS | 6º MÊS | 7º MÊS |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1. FASE EXPLORATÓRIA | | | | | | | |
| . Levantamento Bibliográfico | | | | | | | |
| . Levantamento Estatístico | | | | | | | |
| . Estudo Teórico | | | | | | | |
| . Estudo sobre o E. S. | | | | | | | |
| 2. ELABORAÇÃO DO PROJETO | | (1) | | | | | |
| . Definição do Objeto de Estudo | | | | | | | |
| . Definição do Referencial Teó- rico/metodológico | | | | | | | |
| 3. ELABORAÇÃO DO TRABALHO | | | | | | | |
| . Definição da Regionalização | | | | (2) | | | |
| . Caracterização das regiões | | | | | (3) | | |
| 4. Documento Analítico | | | | | | | (4) |

Produto: (1) Projeto do Trabalho
 (2) Esboço da regionalização do Estado
 (3) Relatórios parciais das Regiões
 (4) Documento Analítico

7.

RECURSOS NECESSÁRIOS

| | TOTAL | |
|---------------------------|------------|------------------|
| | CR\$ 1.000 | ORTN |
| RECURSOS HUMANOS | | |
| . 3 Economistas | 126.000 | |
| . 1 Sociólogo | 42.000 | |
| . 1 Engenheiro Urbanista | 42.000 | |
| . 2 Auxiliares Técnicos | 42.000 | |
| . 1 Consultor | 20.000 | |
| PASSAGEM PARA CONSULTORIA | 8.400 | |
| DIÁRIA PARA CONSULTORA | 5.600 | |
| PESQUISA DE CAMPO | | |
| . Diárias | 14.000 | |
| . Combustível | 14.000 | |
| MATERIAL DE CONSUMO | 32.000 | |
| TOTAL | 334.000 | 5.758,62 |
| | | ORTN = 58.300,20 |

